

Amazonas, Mudanças & Alterações - II

Nilson Pimentel (*)

7/7/2017

Ainda sob o manto de incertezas que prejudicam de forma pragmática todo o sistema econômico tanto no Brasil como no Amazonas, pois não se retoma investimentos somente por otimismo de gestores, mas resultantes de ações e reformas que se consiga implementar no sistema, sem contudo sofrer atropelos que as alterações no sistema político acarretam, levando a menores graus de produtividade e competitividade da economia.

Vista como alvissareiras as manifestações positivas das autoridades, quando da realização da Reunião do Conselho de desenvolvimento do Amazonas – CODAM, em relação algumas nuances positivas da economia estadual, haja vista os resultados recentes do Polo Industrial de Manaus – PIM, assim como a “crença” que o PIM seja a porta de entrada de investimentos no Brasil e o esforço de se fazer o Amazonas representar no Grupo de Trabalho Interministerial do Processo Produtivo Básico – GT-PPB.

É sempre saudável para a economia amazonense a entrada de investimentos produtivos diretos, mesmo que sejam de diversificação das plantas existentes no PIM.

A sociedade amazonense está favorável à conjugação de esforços que possa advir das novas composições de gestores públicos do governo estadual por intermédio da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPLANCTI e da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, como uma Autarquia federal com um papel fundamental ao desenvolvimento econômico regional.

Ainda na semana que finda, em face das indefinições jurídicas quanto à governança futura do Amazonas o que derramou uma cachoeira de água fria nas pretensões políticas das chapas que já estavam em campanha e a não ocorrência de outro fato novo no cenário econômico, haja vista a manifestações de cautela dos diversos setores econômicos, os economistas do Clube de Economia da Amazônia – CEA discutiram o fenômeno que passa a economia brasileira, na qual pontua elevada taxa de desemprego, queda da taxa de inflação, viés de queda da taxa SELIC, com juros bancário ainda elevado para empréstimos e consumo e a projeção menor do índice de crescimento econômico do Produto Interno bruto – PIB, para 2017. Verdadeiro paradoxo!

Olhando mais amiúde para nossa economia, aqueles especialistas são de posição que nesses momentos de incertezas, mudanças e alterações, sejam função daqueles que administram a governança pública levada à reflexão do planejamento do futuro que possa retomar um norte, pois os possíveis acontecimentos planejados e almejados dependem das atitudes atuais dos atuais gestores que tenham visão estratégica para gerir ações proativas para impulsionar mudanças ou para criar capacitações para se adaptar a novas situações e à adaptação aos novos cenários, optando-se por se render às forças que desejam a estabilidade.

Visto assim, quando se analisa a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), como a única que se tem nesses tempos, que assim se expressa, “[...] nas instâncias macrorregionais prevalece à atividade de elaboração dos planos estratégicos de desenvolvimento, a articulação de diretrizes e ações de desenvolvimento e a promoção de iniciativas em territórios priorizados.”

O porquê da ampliação dessa discussão no CEA, haja vista as regiões e sub-regiões do Amazonas, pois para alguns economistas, há dificuldades de planejamento sem uma definição criteriosa dos limites em que ele deve ocorrer além de considerar que os dados acumulados podem esconder a heterogeneidade interna à área definida para planejamento, argumentam que os critérios políticos adotados para a delimitação de áreas de planejamento implicam em restrições, visto que circunscrevem as análises e decisões em fronteiras intransponíveis, na visão tradicional regional, deixando de levar em conta a integração dos agentes, especialmente as relações de troca entre os atores envolvidos na localidade, pois essas delimitações feitas a priori, apresentam restrições de identificação do potencial endógeno desses espaços territoriais.

Por enquete de pesquisador interessado na questão do desenvolvimento econômico regional no Amazonas, pertencente ao CEA, não se pode perder mais tempo em atenção à “vontade política” do governante de plantão sem embasamento no Planejamento Econômico Estratégico – PEE, ou por orientações esdrúxulas havidas até então, como visto no caso do peixe de cultivo.

Dessa forma ele destaca que para se almejar resultados econômicos positivos, cabe fazer ações adequadas dentro do planejamento em face ao conjunto de questões que envolvem a definições e identificações de potenciais econômicos regionais e sub-regionais, reais ou potenciais gargalos, nas análises de cadeias produtivas, entre outros fatores que precisam ser analisados, é necessário dissecar a região-objeto que o governo quer induzir a programas e projetos de desenvolvimento econômico regional.

Nessa ótica se pode adotar estratégia indicada para compreender os fenômenos que ocorrem nesses espaços territoriais, efetuando-se recortes cada vez mais restritivos e específicos, no sentido da região, da microrregião e do próprio município, objetivando encontrar alternativas de identificação do seu potencial, a partir da sua especialização produtiva, que sejam aqueles segmentos mais mobilizados ou fomentados, que tenham possibilidade de gerar o maior benefício por unidade de custo.

Contudo, o que os economistas do CEA observam nas questões do desenvolvimento regional e os fatores que o envolvem, destacando o que se relaciona às incertezas do por vir, já que tão incerto quanto o cenário atual é o futuro, que deve ser tratado com especial atenção no planejamento da economia do estado, e que os gestores públicos possam dispor de ferramentas que os orientem e ajudem na compreensão das mudanças & alterações que provocam rupturas, por isso o exercício de cenários prospectivos. Eis as questões!

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.